

O ORIENTADOR EDUCACIONAL COMO MEDIADOR DA ESCOLHA PROFISSIONAL THE EDUCATIONAL ADVISOR AS MEDIATOR OF PROFESSIONAL CHOICE

Alexandre Lucas Souza Barbosa

Universidade Estácio de Sá - UNESA
E-mail: professoralexandre lucas@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo investigar os fundamentos da orientação educacional e profissional, pontuar as atribuições concernentes a este profissional, analisar e refletir sobre suas possibilidades de atuação como mediador entre o educando, o mundo acadêmico e do trabalho. A pesquisa de cunho bibliográfico foi desenvolvida com base nos autores Marco Oliveira, Olivia Porto, Dulce Soares, entre outros autores que foram citados ao longo do artigo. As considerações finais apontam para a importância da presença do orientador educacional no seio da escola, para que este atue como mediador do processo de escolha profissional na referida instituição.

Palavra-chave: Educação; Orientação Educacional; Escolha Profissional.

ABSTRACT

This article aims to investigate the fundamentals of educational and professional guidance, to point out the attributions concerning this professional, to analyze and reflect on his possibilities of acting as a mediator between the student, the academic and work world. The bibliographic research was developed based on the authors Marco Oliveira, Olivia Porto, Dulce Soares, among other authors that were mentioned throughout the article. The final considerations point to the importance of the presence of the educational advisor within the school, so that he acts as a mediator of the process of professional choice in that institution.

Keyword: Education; Educational orientation; Professional Choice.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais onde o mercado de trabalho requer profissionais cada vez mais qualificados, com expertise e um amplo leque de habilidades para o desenvolvimento de determinadas competências, os jovens, de um modo geral, veem recair sobre seus ombros o peso e a responsabilidade pela escolha de uma trajetória acadêmica e, por conseguinte, uma profissão. Em particular os jovens do ensino médio cujo momento de transição lhes cobra uma decisão para um futuro quase que imediato. Tal como uma formação técnica para um rápido ingresso no mercado de trabalho ou um curso de formação superior. Sendo assim, estes jovens muitas vezes atordoados por um misto de ansiedade e incertezas, que somadas à falta de maturidade para

emitir um adequado juízo de valor frente as possibilidades que se lhes apresentam, estão muitíssimo inclinados a fazer uma escolha não acertada.

Por estes motivos é que resolvi me debruçar sobre o tema: O Orientador Educacional como mediador da escolha profissional. Uma vez que detectei ao longo dos estudos sobre a Orientação Educacional que, apesar da importância deste serviço para o bom andamento do processo de ensino/aprendizagem e do desenvolvimento dos educandos, nem sempre vemos ações de orientação educacional voltadas para auxiliar/nortear as escolhas acadêmicas futuras dos alunos. Infelizmente, em muitas escolas as ações dos orientadores educacionais estão voltadas apenas para o trato das dificuldades de aprendizagem e o comportamento inadequado dos alunos. Não havendo um trabalho contínuo de orientação para minimizar o impacto das dúvidas e inquietações que surgem num momento tão conflitante como o de uma escolha e acadêmica/profissional. Sobretudo para os alunos do nono ano do Ensino Fundamental, que podem optar por um curso técnico profissionalizante, e para os alunos do último ano do Ensino Médio que estão diante a escolha de uma graduação.

Tomando como base esta percepção, o presente estudo tem como principal objetivo investigar e refletir sobre a orientação educacional e suas as possibilidades de atuação, bem como, importância do Orientador Educacional frente às dificuldades enfrentadas pelos jovens no momento das escolhas já citadas. E embora este artigo aponte para as dificuldades enfrentadas no processo de escolha de um modo mais amplo, pretendemos fixar os olhos no ambiente escolar por entendermos que neste local é que se apresenta um cenário adequado, também, para tais abordagens. Além disso, pontuaremos o quão importante é que o orientador atue como mediador/norteador do processo de escolhas relacionadas à vida acadêmica dos alunos. Salientando que, embora o orientador educacional tenha um papel importante nesse processo decisório, cabe a outro profissional atuar especificamente na orientação vocacional dos alunos.

Os objetivos apontados como justificativas para este estudo pretendem ser alcançado através de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, fundamentando-se em materiais já elaborados, constituídos principalmente por livros de leitura corrente, livros de referência, documentos, publicações e periódicos (jornais e revistas), arquivos eletrônicos e/ou outros registros impressos de autores que já abordaram de alguma forma este assunto.

Para fundamentar teoricamente este artigo estão presentes, por terem centralidade no referido tema, autores como Oliveira (2000), Porto (2009), Penteado e Giacaglia (2010), além doutros autores que serão abordados ao longo do presente estudo e que trouxeram contribuições mui significativas para a realização do mesmo.

O presente artigo está organizado basicamente em duas seções principais: na primeira seção, apresentaremos um breve histórico da orientação educacional e profissional/vocacional no Brasil, sua concepção inicial e na atualidade, bem como, suas principais características; na segunda seção trataremos dos aspectos que fazem referência as complexidades existentes no momento em que se faz uma escolha, e da importância que tem a figura do orientador educacional como mediador deste processo. Tendo sempre em vista as possibilidades que o orientador educacional tem de caminhar junto ao orientado com o intuito de, na consistência de um trabalho bem feito, minimizar os impactos que as dúvidas e incertezas enfrentadas pelos jovens no momento tão conflitante de uma escolha.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL NO BRASIL

Desde os primórdios da civilização que as gerações mais velhas se ocupam em transmitir aos seus filhos e/ou gerações mais novas os conhecimentos necessários a sua sobrevivência na sociedade. Seja esta transmissão/instrução formal ou informal. Onde a primeira (formal) ficava a cargo de uma pessoa responsável pela transmissão de um ou mais conhecimentos, e a segunda (informal) geralmente acontecia no seio da família e/ou no ambiente de convívio da criança/adolescente. Ou seja, de uma forma ou de muitas acontecia esta orientação/educação para a vida.

Neste sentido, salientamos o que foi dito por Carlos Rodrigues Brandão (1981, p. 7) quando afirma que:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações.

Esta multiplicidade de formas e lugares onde o aprendizado acontece foi, na medida em que ao longo da história a sociedade organizou-se de maneira mais “complexa”, fazendo com que boa parte da educação/orientação deixasse de ser passada pela família e/ou comunidade, ficando a cargo de uma instituição formal, ou seja, a escola. E esta escola dotada de intencionalidade, com métodos e sistemas, tendo como um de seus objetivos uma preparação mais ampla para que o indivíduo estivesse melhor instrumentalizado para as demandas da vida social e do trabalho. Neste sentido, estudaremos a escola como esta instituição formal responsável em preparar o indivíduo para exercer a sua cidadania, é claro que isto não se restringe primeiramente a unidade escolar, como aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.

Art. 10 – A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sendo assim, podemos observar que a educação não é apenas uma questão de direito das crianças, mas também, um dever tanto dos pais quanto do Estado. Deste modo, cabe a família matricular os seus filhos na idade própria e não excluí-los ou modificar o estudo pelo trabalho para ajudar a renda familiar, e o Estado deve oferecer a quantidade de vagas necessárias quer seja em creches, pré-escolas e unidades escolares que atenda o Ensino Fundamental e Ensino Médio. Cabe destacar também os norteadores de toda a educação brasileira que são os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana que devem estar presente em todas as etapas da educação básica e a finalidade da educação do nosso país que se refere ao pleno desenvolvimento do educando que deve ser desenvolvido desde o início da sua “carreira” escolar preparando este aluno para o exercício da cidadania. Fazendo com que este discente esteja apto e qualificado para ser inserido no mundo do trabalho, não apenas por questões técnicas, mas, principalmente, humanas.

No decorrer dos estudos realizados pudemos observar que a função da escola não é

ensinar o aluno ler, escrever e calcular apenas. Para que a unidade escolar possa atingir além das funções básicas iniciais, que são importantíssimas, é preciso realizar um trabalho mais amplo com dedicação e excelência. Por este motivo a escola conta com profissionais técnico-pedagógicos qualificados como: gestores, coordenadores, supervisores, orientadores, entre outros que podem compor uma equipe multidisciplinar. Entretanto, por conta do objetivo central desse artigo, daremos centralidade a responsabilidade do orientador educacional membro dessa equipe multidisciplinar e participante desse processo.

O cenário da Orientação Educacional se inicia com a revolução industrial que afetou de tal forma a educação escolar, que se tornou necessário reformular o modo como vinha sendo desempenhada. A partir de então deveria ser conduzida com vistas a atender as novas exigências sociais. Outro movimento relevante foi à educação compulsória, iniciada nos Estados Unidos da América, a partir de 1890, que foi se fortalecendo até 1930. [...] esse movimento levou uma crescente preocupação com a proteção da população infantil, neste sentido foram promulgadas leis sobre o trabalho infantil e a inserção obrigatória das crianças na educação formal [...]" (GIACAGLIA e PENTEADO, 2010, p.4).

A partir deste movimento as escolas tiveram que aumentar o número de alunos e se preparar para receber uma comunidade totalmente heterogênea no que se refere diversos aspectos, seja social, financeiro e até mesmo no que se diz respeito à cor da pele. Diante desta grande quantidade de discentes seria necessário não apenas ampliar o local de trabalho, mas também, contratar novos funcionários.

Além da contratação de novos funcionários, os autores Giacágli e Penteado (2010, p.5) afirmam que:

Começou-se, ainda, a perceber a necessidade da existência nas escolas de especialistas para trabalhar com professores e na assistência aos alunos, assistência essa que não se limitaria à área de saúde física, que poderia ser cuidada do lado fora dos estabelecimentos de ensino.

Além do que já fora mencionado, as escolas poderiam contar também com um psicólogo escolar que identificava através de testes os alunos que possuíam problemas e deveriam ser direcionados a tratamentos específicos.

Para realizar uma avaliação superficial sobre quais alunos precisariam de tais tratamentos, um professor mais experiente, ou um orientador educacional poderia realizar este trabalho, onde a decisão de quem faria esta tarefa dependeria muito do tamanho da escola. E nesse contexto, o orientador era responsável pela escola como um todo: conversar com os pais, dar suporte aos professores, e cuidar da população discente.

A partir destes dois aspectos mencionados, a orientação educacional teve que ser reformulada para se adequar à sociedade atual, principalmente após a revolução industrial onde o mundo do trabalho, exigia uma mão de obra cada vez maior e voltada para um novo modo de produção. Deixando a cargo da escola o dever de preparar o indivíduo para este novo modelo de sociedade, não mais voltada para uma economia agrária, mas sim industrial. A partir dessas mudanças a orientação educacional se desenvolve especificamente para atender tais necessidades, e é neste contexto que a orientação profissional e a orientação vocacional, começam a ser exercidas no ambiente escolar.

De acordo com Giacaglia e Penteado (2010), “caberia, então, à orientação educacional, concebida dessa maneira e com tais finalidades bem definidas, selecionar e treinar alunos para as novas formas de trabalho”.

Podemos dizer que o legado da orientação educacional foi desenvolvido por Frank Parsons, pois este apresentou uma teoria para orientação vocacional cujo cerne era colocar o “homem certo na função certa”. Mas para que se viabilizasse seria necessário “uma análise específica dos requisitos de cada função, para saber quais características que as pessoas deveriam possuir para exercê-las”. (GIACAGLIA E PENTEADO, 2010). Para que este procedimento ocorresse, utilizavam-se ferramentas da psicologia com aplicação de testes psicológicos para descobrir as características das pessoas e, assim, determinar a função a ser ocupada por elas. O que nos leva a perceber que as características individuais determinavam a função que o indivíduo iria ocupar.

Após esse período a Orientação Educacional começou aos poucos a desvincular-se da Orientação Vocacional. A Orientação Educacional continua sendo realizada dentro dos estabelecimentos de ensino por pedagogos com especialização na referida área. No entanto, a partir de 1951 a Sociedade Americana de Psicologia concedeu aos estudantes formados uma proposta de Psicologia do Aconselhamento, uma prática que anteriormente era realizada apenas na área de Pedagogia. Desde então, existe um conflito em relação a qual profissional de fato deveria atender os alunos.

Na atual situação da educação brasileira, termos um orientador educacional dentro das escolas é extremamente enriquecedor para o trabalho pedagógico, embora saibamos que nem todas as escolas tenham a sua disposição este profissional. Enfim, seguindo adiante, se pudéssemos obter dentro da mesma unidade escolar um orientador educacional e um psicólogo escolar seria excelente. Pois, o que fosse de cunho pedagógico ficaria a critério do primeiro, o orientador, e o que fosse destinado a diagnósticos e tratamentos clínicos seria direcionado ao segundo, o psicólogo.

Neste sentido, Giacaglia e Penteado (2010) não confronta os dois profissionais, apenas deixa claro que:

A orientação educacional deve ser exercida, na realidade, por orientadores educacionais, não sendo vedado seu exercício a psicólogos, desde que estes últimos sejam também pedagogos habilitados em OE, e que se disponham a trabalhar com as atribuições legais próprias e exigidas dos orientadores educacionais.

Desta forma, as atribuições de cada um deles encontrar-se-iam bem definidas e, assim, seria encerrado o tal embate. A orientação educacional ao longo dos anos passou por vários movimentos, em seu primeiro momento fez uso da orientação vocacional no cerne das escolas, e em outros teve que assumir um papel terapêutico e de minimizar os impactos sofridos pelos alunos que não estavam acostumados a acompanhar as exigências do ambiente escolar, graças à educação compulsória.

Esta fase de ambientação poderia ser exercida de forma individual ou em grupos, isso dependeria da demanda, da situação apresentada, da disponibilização do orientador educacional, entre outros fatores. Sendo assim a orientação educacional passou “a realizar reuniões e palestras para alunos e seus responsáveis, palestras estas que tratavam de problemas mais recorrentes”. (GIACAGLIA e PENTEADO 2010, p. 11).

Em um terceiro momento, a orientação educacional começou a ser proativa, antes de

ocasionar o problema medidas de intervenção vinham sendo realizadas. Cabe destacar também que a orientação educacional teve que ser reformulada, pois com a troca de paradigma de autoritária para democrática uma nova sociedade e uma nova escola estavam sendo apresentadas e, por isso, as modificações deveriam ocorrer. Neste sentido, cabe destacar a resposta apresentada pela classe dominante referente a estas mudanças conforme mencionado por Giacaglia e Penteado (2010, p. 11):

As elites procuraram manter as escolas como era antes, passaram, então a coexistir três tipos escolas: uma destinada à formação de técnicos, popular, com abertura para seus egressos se candidatarem a apenas alguns cursos de nível superior; uma gratuita e popular, sem formação profissional e uma paga, geralmente de melhor nível acadêmico, procurada pelas classes socioeconômicas mais favorecidas, e voltada ao preparo dos alunos para os exames vestibulares.

Desta forma, a orientação educacional é posicionada de acordo com a escola e com o tipo de clientela que esta unidade escolar está inserida. A partir desta subdivisão a orientação educacional começou a ser diferenciada, de acordo com a corrente psicológica adotada pela escola. Ou seja, assim como a Psicologia influenciou o trabalho da orientação educacional, a Filosofia da Educação também cumpriu este papel diferenciando seus objetivos mediante a época e ao local.

3. AS COMPLEXIDADES DE UMA ESCOLHA E O ORIENTADOR EDUCACIONAL COMO MEDIADOR DESTE PROCESSO

Neste capítulo pontuaremos questões relacionadas ao processo de tomada de decisão, bem como, a importância do profissional de orientação educacional como mediador deste processo, uma vez que, ao longo da construção de nossa trajetória, seja ela acadêmica ou profissional, há de se ter o entendimento de que a vida é “feita” de escolhas. Sejam estas de maior ou menor importância, maior ou menor autonomia, com maior ou menor consciência ou condições, todos, inevitavelmente, precisamos lidar com inúmeras escolhas ao longo de nossas vidas. Pois, a vida é feita de escolhas! E mesmo quando as negligenciamos e/ou nos recusamos a fazer uma escolha, já estamos optando por algo, ou seja, estamos escolhendo. O grande problema é que este processo não é tão simples, muito pelo contrário, o momento da escolha é complexo e difícil.

Situação tão complicada que, se olharmos para números como os do censo do IBGE de 2008 constataremos que apenas 57% dos estudantes do ensino superior no Brasil conseguem completar a faculdade, e deste percentual, 53% estão numa profissão completamente diferente daquela para qual estudaram. Ou seja, muitos que já são universitários prestam um novo vestibular ou abandonam seus cursos antes de se formarem, ou ainda por insatisfação/frustração com a atividade que desempenham, estão a rever suas escolhas profissionais.

Enfim, como já mencionado anteriormente, é um processo complexo e difícil escolher a trajetória acadêmica e, por conseguinte, a profissão a ser seguida. Uma vez que, de acordo com Soares (2009, p.15), “escolher um trabalho, uma profissão, é escolher a forma pela qual queremos participar do mundo no qual vivemos”.

De acordo com o Dicionário Houaiss (2010) da língua portuguesa, escolher pode ser definido como: 1. Manifestar preferência por (algo ou alguém); 2. Fazer opção entre (duas ou mais

pessoas ou coisas); 3. Selecionar, separar o bom do ruim, aproveitar (aquilo) que apresenta maior qualidade. Ou seja, ao escolher decidimos entre uma série de opções aquela que se nos apresenta como sendo a melhor.

É importante deixar claro que ao fazer uma escolha, inevitavelmente, deixamos de lado o que não é escolhido e, por conseguinte, estamos sujeitos as consequências da decisão tomada. E estas, podem ser satisfatórias ou não. Por isso, é preciso que se tenha um mínimo de maturidade para avaliar e emitir juízo de valor sobre os prós e contras acerca de cada uma das opções e possibilidades que nos são apresentadas. Tendo em vista que determinadas escolhas acabam por se estabelecer como um divisor de águas em nossas vidas, podendo assim, mudar completamente a trajetória que será percorrida.

Embora seja preciso levar em consideração a seriedade com que devemos fazer tais escolhas em virtude das consequências que nos trarão, faz-se necessário salientar que as escolhas, na maioria das vezes, não são imutáveis.

Existe a melhor escolha possível em determinado momento de nossa vida e em determinadas condições. [...] Como as condições mudam, num outro momento da vida, nossa escolha poderá ser diferente. Portanto, a escolha nunca é definitiva, é sempre passível de ser refeita. (SOARES, 2009, p. 14).

Por isso, não devemos pensar que uma escolha feita na adolescência, no ensino médio ou em qualquer outro momento da vida, seja definitiva. Tendo em vista que sempre podemos mudar de curso e/ou profissão. Entretanto, no que diz respeito à escolha de uma trajetória acadêmica e profissional, a complexidade está no que envolve cada uma dessas opções, a saber, o tempo gasto, o esforço empreendido e o valor financeiro necessário para alcançar o que foi escolhido. Isso significa dizer que, mesmo tendo a possibilidade de fazer novas escolhas e optar por um caminho completamente diferente do que já foi percorrido, isso implica em deixar de lado o tempo, o esforço e o dinheiro gasto, para investir numa nova empreitada.

Por esses e outros motivos é que o ato de escolher – principalmente no que diz respeito ao que seremos – costuma colocar o sujeito diante de um conflitante dilema, sobre as possibilidades, os prós e contras, sobre o bônus e o ônus de cada uma das opções que são apresentadas. Sem falar no drama causado por limites impostos pela realidade, onde não se pode tudo ao mesmo tempo, e nem quando se quer, onde situações concretas e reais “limitam” o sujeito a escolher dentro de um leque de opções estabelecidos pela sua situação de vida, ou seja, classe social, família, contexto histórico e cultural no qual se insere e, a cidade onde reside. Embora tenhamos a plena consciência de que, se o indivíduo estiver disposto a trabalhar com afinco e dedicação, o mesmo terá plenas condições de sobrepor as dificuldades e limitações que se apresentarem entre ele e seus objetivos. Ou seja, ele não é obrigado a se colocar como fruto das circunstâncias.

Afinal, a boa educação é aquela que produz homens críticos, conscientes da realidade onde vivem e atuam, enfim, homens verdadeiramente autônomos, conscientes das suas possibilidades e limitações, mas suficientemente fortes para conquistar aquelas e reduzir a ação das suas limitações. (PORTO, 2009, p. 71).

Voltando ao assunto em questão, há uma série de fatores que corroboram para que o

indivíduo encontre uma dificuldade enorme para estabelecer suas escolhas ou fazê-las de maneira acertada. E isto, como já dissemos anteriormente, faz aumentar o número de alunos dos cursos técnicos ou superiores que não concluem seus estudos ou, depois de formados, acabam não exercendo profissão relacionada ao que estudaram.

Tal situação pode ser atribuída à falta de conhecimento que o indivíduo tem acerca de si mesmo, do campo a ser estudado e da profissão a ser desempenhada ao término do curso. Uma vez que, antes de escolher um curso ou uma profissão, é preciso saber para o que estamos inclinados, as áreas que nos chamam atenção e com o que temos facilidade de lidar.

Visualizar o que em nós é capaz de potencializar ou tolher o sucesso em determinada área de atuação. E falar do autoconhecimento faz-nos levantar a seguinte questão: se o autoconhecimento for trabalhado ao longo de todo processo de ensino e aprendizagem, junto aos jovens no ensino médio, não seria mais fácil lidar com a questão da escolha?

Infelizmente não é sempre que a questão do autoconhecimento recebe a atenção devida na hora em que se faz uma escolha tão importante como o curso ou profissão a que irá dedicar. Seguir por esse caminho leva uma infinidade de pessoas a decidir sobre algo tão importante sem ao menos avaliar, com criteriosidade, o pendor de sua personalidade. O que a nosso ver é lamentável, pois, se assim fizesse, o indivíduo teria maior facilidade para tomar sua decisão com mais consistência, uma vez que os aspectos subjetivos da vida acadêmica e do trabalho estão intrinsecamente relacionados à personalidade do mesmo.

Por corroborar com este pensamento vale destacar que fora dito por Ramos (2011, p. 10):

A identidade profissional de uma pessoa representa, também, uma porção significativa de sua identidade pessoal, pois a vida profissional do sujeito define boa parte da vida que ele levará fora do trabalho. Quando o indivíduo decide o que fará profissionalmente, ele está definindo, também, o estilo de vida que terá, as atividades sociais que desempenhará e o tipo de pessoas com as quais se relacionará.

Tomando por base este entendimento é que podemos visualizar, de fato, a complexidade e dificuldade em se fazer uma escolha, tomar uma decisão quando se tem tantas possibilidades e, dentre elas, mais de uma nos é interessante, tem a ver com o que somos ou com o quem queremos ser. E esta dificuldade pode ser agravada quando o momento da escolha tem como pano de fundo a imaturidade do sujeito, que associada ao medo de optar por algo que no futuro lhe traga arrependimentos, torna mais angustiante o processo de tomada de decisão.

E esta é uma questão tão importante e séria na vida de uma pessoa que:

Uma inadequada – e, portanto empobrecedora – escolha vocacional vai gerar ao longo da carreira profissional uma constante ou crescente sensação de desprazer, um sentimento de frustração intermitente ou permanente. Essa frustração psicoafetiva abre caminho para o estresse, para repercussões psicossomáticas que podem comprometer a saúde mental. (MELLO, 2002, p. 12).

Sendo assim, para potencializar as chances de se fazer uma escolha acertada, dentre os 16 mil cursos de graduação disponíveis, distribuídos pelas mais de 1,8 mil instituições de ensino superior no Brasil (de acordo com o Ministério da Educação) cabe ao indivíduo conhecer-se da maneira mais ampla possível, seus anseios acerca do futuro, suas qualidades, limitações e seus

gostos. Já que a profissão escolhida definirá, também, um futuro modo de vida.

Vale salientar que neste processo de autoconhecimento é fundamental que se tenha clareza das motivações que partem do próprio sujeito, e do que é imposto por influência de terceiros, como por exemplo, os familiares, mais precisamente os pais, que, tendenciosamente, costumam cobrar e/ou exercer pressão quando possuem expectativas muito específicas em relação ao futuro dos filhos. Ponto este que deve ser observado com muito critério pelo orientador educacional, na sua condição de mediador, e pelo orientando ao se fazer uma escolha tão importante. Pois como fora exposto anteriormente, os resultados de uma decisão que não leve em conta a subjetividade do que está em questão, pode ocasionar como resultado a frustração por uma escolha mal feita.

Uma vez adquirida a compreensão de si mesmo, é hora de buscar o máximo de informações possíveis sobre as áreas de atuação com as quais ele se identifica, bem como, os detalhes de cada profissão que pode ser escolhida. Entretanto, como estamos tratando ao longo de todo este capítulo, o processo de tomada de decisão não é fácil, mas sim, complexo, por tudo que se estabelece entorno do mesmo. E essa dificuldade não está apenas para os jovens do ensino médio, mas sim, para toda e qualquer pessoa que se depare com a necessidade de fazer uma escolha.

Todavia, quando se trata de adolescentes e jovens que no ensino médio se deparam com a necessidade de escolher o que querem, sem, contudo, possuírem maturidade psicológica para tal, estas inquietações, dúvidas e ansiedades tornam cada vez mais complicado lidar com este momento.

Devemos considerar que, decidir sobre algo tão importante numa faixa etária que gira em torno dos seus 15 a 18 anos, é um tanto quanto precoce. Pois como dissemos anteriormente, a grande maioria dos jovens ainda não possui maturidade suficiente para lidar com a extensão e profundidade do que se está em jogo nesse momento de escolha.

Tomando como base o exposto nas linhas anteriores e, principalmente, no entendimento de que este momento, o da escolha, não é fácil de ser vivenciado, fica patente aos nossos olhos o quão importante é a figura do profissional de orientação educacional/profissional no seio da escola, uma vez que este tem condições de atuar como mediador frente às dúvidas e incertezas existentes no processo decisório.

Deixando claro que, embora o foco do nosso olhar esteja sobre os jovens do ensino médio, pela pressão que lhes é imposta para tomar uma decisão acerca do futuro acadêmico e profissional, possuímos o entendimento de que a importância das escolhas/profissões poderiam ser trabalhadas desde os primeiros anos do ensino fundamental. Considerando a capacidade cognitiva deste público é claro.

Vale lembrar que, pensar no serviço de orientação educacional dentro das escolas a partir destas premissas, transcende a questão das dificuldades de aprendizagem, do tratamento de alunos problemas, ou de onde estes problemas estão surgindo. Não queremos dizer com isso que este viés do trabalho do orientador educacional deve ser visto como secundário, muito pelo contrário, deve ser visualizado com importância, pois este profissional tem como parte de suas atribuições tratar dos resultados – *o comportamento problemático do aluno* – decorrentes de questões mais complexas arraigadas na vida do educando como um todo.

Todavia, o que não se pode é limitar o campo de atuação do orientador educacional apenas ao apagar de incêndios, ou seja, tratar somente de problemas já instaurados. Haja vista que este

profissional quando bem amparado pela instituição a que pertence, possuirá um leque de opções para atuar além da fronteira dos incêndios – *os problemas* – antevendo possibilidades que, se bem trabalhadas, propiciará aos alunos melhores condições para lidar com determinadas situações.

Dentre elas a questão da escolha profissional, que figura como objetivo deste trabalho. Sendo assim, estamos inclinados ao entendimento de que neste processo, “o orientador é aquele que escuta e dialoga com o educando para ajudá-lo a escutar-se e a dialogar consigo mesmo, promovendo a reflexão e elaboração de suas questões” (LIMA, 2007, p. 18).

Ainda neste mesmo sentido Porto (2009) aponta que, “a reflexão é uma qualidade muito necessária [...]. É um esforço de autocrítica que permite desfazer-se tanto das dúvidas quanto das falsas justificações e representações”. E é neste processo de reflexão que entra a figura o orientador educacional como mediador/provocador destas reflexões. Desta forma a escola tornar-se-á um local adequado para que o processo de informação profissional seja desenvolvido gradativamente, onde o educando seja impulsionado a refletir sobre o momento da escolha.

[...] a importância da escola está justamente no fato de ela ser uma espaço que incentiva simultaneamente a auto-descoberta e a integração social do aluno. Em outras palavras, a escola é um ambiente que abarca as duas dimensões da escolha vocacional: a subjetiva e a social. (RAMOS, 2011, p. 61).

Ainda sobre a importância da escola neste processo de informação e formação profissional, a mesma autora diz que, a escola:

[...] é o local privilegiado para que ele – o sujeito – desenvolva e estimule suas inteligências, identificando aos poucos aquelas atividades e disciplinas nas quais não só tem um bom desempenho como também se sente realizado ao desenvolvê-las. (RAMOS, 2011, p. 60).

Somente quando a escola for posicionada, de fato, deste modo, poderemos requerer que este, o aluno, se comprometa com a escolha feita, uma vez que, lhe foram dadas as condições necessárias para a tomada de decisão. Ressaltar aqui que não possuímos o entendimento de que o orientador educacional tenha toda a responsabilidade por este processo, nem tampouco, que a escola seja o único lugar onde se deva lidar com este assunto. Apenas estamos salientando a importância de um profissional cuja função, dentre outras, é se debruçar sobre tais aspectos na vida do educando e, o ambiente escolar como sendo um lugar mui pertinente para que seja trabalhado algo tão importante para a vida e formação do sujeito.

Uma vez que, independentemente dos objetivos profissionais que o indivíduo estabeleça para si, a aprendizagem, e o ato de estudar passa e perpassa ao longo da construção de qualquer profissional. Ou seja, “o desenvolvimento das competências que serão necessárias no trabalho estão diretamente ligados à escolaridade da pessoa” (OLIVEIRA, 2000, p. 128). Ainda segundo o mesmo autor, após descobrir em que tipo de atividade profissional a pessoa deseja e pode trabalhar, será preciso adquirir e/ou aperfeiçoar seus conhecimentos e competências em tal área, a fim de tornar-se um profissional respeitado. E neste sentido, o melhor é estudar, fazer bons cursos de formação acadêmica e/ou profissional, com vista num melhor preparo para os enfrentamentos do mercado de trabalho e, por que não dizer, da vida.

Por esse motivo é que estamos pontuando a escola como um ambiente adequado, também, para que a questão da escolha profissional seja trabalhada e, o orientador educacional como mediador, importantíssimo, na tarefa de auxiliar/nortear quem está vivenciando este processo. Pois desta forma, se estará favorecendo para que o caminho da escolha, que acontece no próprio indivíduo, seja delineado, dando-lhe maiores condições para que as decisões sejam acertadas.

Cabendo aqui ressaltar o que fora dito por Ramos (2011), acerca de tal serviço:

A orientação vocacional apresenta seu importante papel social, à medida que contribui para que as pessoas descubram aquelas atividades com que mais se identificam, e nas quais, por consequência, seus resultados serão os melhores possíveis para todos nós. (RAMOS, 2011, p. 10).

Com este pensamento estaremos visualizando a orientação educacional e profissional como um trabalho que leva o indivíduo a tomar contato consigo mesmo, conhecer-se um pouco melhor, saber descobrir quais valores, interesses, motivações e potencialidades podem ser desenvolvidas na área de estudo escolhida, ou para a profissão escolhida.

Uma vez mediado este processo de autoconhecimento, e o mesmo tendo culminado na escolha, cabe ainda ao orientador educacional a tarefa de caminhar junto ao orientando na construção inicial de uma identidade profissional, pessoal e de projeto de vida. Ao passo em que fomenta no mesmo, o desejo de compreender o porquê de sua escolha. Para que o mesmo busque respostas para questões como: O que gosto de fazer? Como posso ganhar dinheiro com isso? Levo jeito para isso? O que preciso aprender para chegar lá? O que devo fazer para aprender isso?

Enfim, mostrar ao orientando a importância de estar muito bem informado sobre o que já escolheu, bem como, sobre as opções que ainda lhe estão disponíveis. Pois no que tange ao processo de tomada de decisão, a informação apresenta-se como elemento imprescindível para uma escolha acertada.

Entretanto, apesar de estarmos tratando da importância da figura do orientador educacional no seio da escola, tendo em vista, que ele será corresponsável por acompanhar, juntamente com a equipe técnico-pedagógica, o processo de ensino/aprendizagem e, responsável direto por mediar o amadurecimento no processo de escolha:

Nunca podemos perder de vista que a escolha final é sempre do indivíduo, mas cabe ao orientador apresentar caminhos e facilitar a compreensão das opções, para que esta decisão não seja traumática ou aleatória, mas sim consciente e responsável, visando o bem-estar e a plena realização das potencialidades do aluno. (RAMOS, 2011, p. 71).

Estando assim, a cargo do profissional de orientação educacional o papel, ético, de auxiliar seus orientandos de modo que os mesmos descubram, cada um a seu tempo, o próprio caminho a ser seguido. Esta condição só vem valorizar ainda mais a importância deste profissional, bem como, a prestação de seus serviços como mediador junto a seu público alvo. Uma vez que, nossos jovens carecem de alguém cuja função é se debruçar sobre um tema que lhes é tão fundamental quanto o momento de uma escolha. Seja no sentido acadêmico, no profissional ou ambos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como um de seus principais objetivos fomentar a reflexão sobre a orientação educacional e profissional, bem como, a importância de que o orientador atue como mediador da escolha profissional no ambiente escolar.

A pesquisa realizada nos fez visualizar, de forma um pouco mais clara, as transformações ocorridas ao longo da história, na forma como a orientação educacional era percebida e as proposições legais das quais está imbuída para atuar frente aos dilemas da educação. Em especial, este momento de transição tão importante que é quando o jovem decide entre o curso técnico de nível médio, o tecnólogo em nível superior ou a graduação completa. Levando-se em consideração que tal escolha acaba por conduzi-lo a um “determinado” campo de atuação profissional.

Queremos aqui destacar que ao longo de nossa pesquisa constatamos que, mesmo a orientação educacional tendo sido regulamentada, o que dá legitimidade ao exercício da profissão ao orientador e, que seja obrigatória a existência do mesmo nos estabelecimentos de ensino, infelizmente, não é toda equipe técnico/pedagógica que dispõe deste profissional para os enfrentamentos diários pertinentes a uma escola. O que nos faz perceber que ainda existe uma lacuna que distancia a teoria da prática, ao menos no que tange a este assunto.

Entretanto, a mesma pesquisa também nos faz ser otimistas quanto ao futuro do exercício profissional do orientador educacional. Haja vista que, nos últimos anos, como fora apontado no primeiro capítulo, a mesma sofrera uma série de mudanças que acabaram por enriquecer, e muito, este campo de atuação. Que embora ainda esteja longe do ideal, já nos permite vislumbrar melhores condições para as políticas públicas que dizem respeito a importância desta profissão. Uma vez que o próprio cenário social caminha neste sentido.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394 Comentada e Interpretada, Artigo por Artigo**. 3.ed. São Paulo: Editora Avercamp, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

GIACAGLIA, L. R. A; PENTEADO, W. M. A. **Orientação Educacional na Prática: princípios, histórico, legislação, técnicas e instrumentos**. 6.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 4.ed. São Paulo: Objetiva, 2010.

LIMA, Maria Tavares. **Orientação profissional: princípios teóricos, práticas e textos para psicólogos e educadores**. São Paulo: Vetor, 2007.

LÜCK, Heloísa. **Ação Integrada: administração, supervisão e orientação educacional**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MELLO, Fernando Achilles F. **O desafio da escolha profissional**. Campinas: Papirus, 2002.

NÉRICI, G. **Introdução a Orientação Escolar**. São Paulo: Editora Atlas, 1974.

OLIVEIRA, Marcos Antonio Garcia. **O novo mercado de trabalho: guia para iniciantes e sobreviventes**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2008.

PORTO, Olívia. **Orientação Educacional: teoria, prática e ação.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

RAMOS, F. S; MELO, N. C. **Caderno de estudos de orientação vocacional.** Rio de Janeiro: AVM, 2011.

SOARES, Dulce Helena Penna. **O que é Escolha Profissional.** 4.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.